

Brenno Gimenes Cesca

**PROVA
EMPRESTADA
NO PROCESSO
PENAL**

Curitiba
Juruá Editora
2016

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

ISBN: 978-85-362-6021-1

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Cesca, Brenno Gimenes.

C421 Prova emprestada no processo penal./ Brenno Gimenes
Cesca – Curitiba: Juruá, 2016.
214 p.

1. Processo penal. 2. Prova (Direito). I. Título.

CDD 345.05

CDU 343.1

000158

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Capítulo 1 – TERMINOLOGIA BÁSICA DA PROVA	15
1.1 Acepções do Termo Prova	15
1.2 Meios de Prova.....	18
1.3 Fontes de Prova	21
1.4 Meios de Obtenção de Prova	27
1.5 Objeto da Prova.....	28
1.6 Prova Direta e Indício.....	32
1.7 Função da Prova	38
1.8 Provas Típicas, Atípicas, Irrituais e Anômalas	40
1.9 Prova Constituenda e Pré-Constituída	43
1.10 Prova Emprestada e Prova Propriamente Dita	44
Capítulo 2 – A PROVA EMPRESTADA NO PROCESSO PENAL – NOTAS SOBRE SUA TEORIA GERAL	45
2.1 Natureza Jurídica	45
2.2 Fundamentos da Prova Emprestada.....	49
2.3 Requisitos de Admissibilidade	54
2.3.1 Requisitos constitucionais	54
2.3.1.1 A garantia do contraditório	55
2.3.1.2 A garantia do juiz natural.....	58
2.3.2 Requisitos legais.....	70
2.3.2.1 Respeito às formalidades legais para colheita da prova no processo originário.....	70
2.3.2.2 Respeito, no feito a que transladada a prova, das normas que disciplinam sua admissibilidade em sua natureza originária.....	71
2.3.2.3 Atendimento, no segundo feito, das regras de admissibilidade da prova documental	73
2.3.2.4 Outros requisitos legais de admissibilidade	73

2.4	Requisitos de Produção.....	76
2.5	Prova Emprestada e os Princípios da Oralidade, Concentração, Imediação e Identidade Física do Juiz.....	78
2.6	Consequências da Não Obediência dos Requisitos de Admissibilidade e Produção	80
2.6.1	Aplicação do princípio da proporcionalidade	89
2.7	Valor Probatório	97
Capítulo 3 – A PROVA EMPRESTADA NO PROCESSO PENAL – SITUAÇÕES ESPECIAIS		101
3.1	(Ir)relevância do Destino do Processo Anterior.....	101
3.2	Prova Emprestada e Poderes Instrutórios do Juiz	104
3.3	Prova Emprestada e Prova Extrajudicial	105
3.4	Prova Emprestada e Conhecimento Fortuito de Provas	109
3.5	Prova Emprestada e Sigilo do Processo Originário	119
3.6	Empréstimo de Interrogatório	122
3.7	Prova Emprestada e Defesa Deficiente no Processo Originário.....	126
3.8	Empréstimo de Exame de Insanidade Mental/Dependência Toxicológica.....	129
3.9	Utilização de Prova Resultante de Interceptações Telefônicas como Prova Emprestada em Processo Relativo a Delito a que Cominada Pena de Detenção ou em Processo Não Penal.....	132
3.10	O Aproveitamento de Prova Produzida em Processo de Apuração de Ato Infracional no Processo Penal a que Responde o Comparsa do Adolescente em Conflito com a Lei.....	136
3.11	Empréstimo de Prova Produzida no Estrangeiro	140
Capítulo 4 – NOTAS ACERCA DA PROVA EMPRESTADA NO PROCESSO PENAL ITALIANO E ESTADUNIDENSE		149
4.1	Breve Panorama sobre o Sistema Processual Penal Italiano	149
4.1.1	A prova emprestada.....	151
4.2	Sucinta Descrição do Sistema Processual Penal Estadunidense.....	157
4.2.1	A disciplina da prova emprestada.....	160
Capítulo 5 – A DISCIPLINA DA PROVA EMPRESTADA NO PROJETO DE LEI DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIRO – PLS 156/2009		165
5.1	Histórico do Projeto e Regramento do Tema	165
5.2	Análise Crítica	166
5.3	Nossa Proposta.....	170
CONCLUSÃO		173
REFERÊNCIAS		187
ÍNDICE ALFABÉTICO		201